

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.526.337 - MG (2019/0175217-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : EMPRESA DE TRANSPORTES MARTINS LTDA
ADVOGADOS : PAULO TEODORO DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - MG053758
REINALDO LAGE RODRIGUES DE ARAÚJO E OUTRO(S) -
MG106499
HUDSON SILVA GOMES E OUTRO(S) - MG164306
MATHEUS LUIZ KATTAH SILVA E OUTRO(S) - MG184354

AGRAVADO : A M S C
AGRAVADO : B S C
AGRAVADO : C S C
AGRAVADO : F S C
AGRAVADO : G S C
ADVOGADOS : VINÍCIUS JOSÉ MARQUES GONTIJO E OUTRO(S) - MG064295
VITOR DE ARAUJO XAVIER - MG167799

INTERES. : H M P C
INTERES. : J M C
INTERES. : U M C
INTERES. : J M C
INTERES. : J M M C
INTERES. : J A M C
INTERES. : J M C
INTERES. : C M C
ADVOGADOS : PAULO TEODORO DO NASCIMENTO - MG053758
MÁRCIO AMÉRICO DE OLIVEIRA MATA - MG065377
JEFERSON COSTA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MG075899
REINALDO LAGE RODRIGUES DE ARAÚJO - MG106499

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. REVOGAÇÃO DE LIMINAR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. COTEJO ANALÍTICO NÃO EFETUADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO CABÍVEL CONTRA DECISÃO QUE TRATA DE TUTELAS PROVISÓRIAS. HIPÓTESE DE CABIMENTO. ART. 1.015, I, DO CPC/2015. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por EMPRESA DE TRANSPORTES MARTINS LTDA. contra a decisão de fls. 1.578-1.580 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (fl. 1.510, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - REVOGAÇÃO DA LIMINAR - NULIDADE DA DECISÃO - INEXISTÊNCIA - ANOTAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE AÇÃO NA MATRÍCULA DE IMÓVEL - POSSIBILIDADE. 1. A tutela provisória pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em razão da alteração da situação fática (inteligência do art. 296 do CPC/15). 2. Visando evitar futuros prejuízos às partes, bem como resguardar os interesses de terceiros de boa-fé, revela-se prudente a manutenção da averbação de existência de ação judicial nas matrículas dos imóveis.

Nas razões do recurso especial (fls. 1.534-1.542, e-STJ), a recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação do art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em suma, a impossibilidade de utilização de agravo de instrumento para impugnar decisão que revogou a tutela provisória anteriormente concedida, pois tal hipótese não consta do rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial ante a aplicação da Súmula 283/STF, por ausência de impugnação a fundamento do acórdão recorrido.

Irresignada (fls. 1.584-1.589, e-STJ), aduz a agravante que o presente reclamo merece trânsito, refutando o retrocitado óbice de admissibilidade.

Contraminuta às fls. 1.599-1.605 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código

Superior Tribunal de Justiça

de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, não se revela cognoscível a irresignação deduzida por meio da alínea *c* do permissivo constitucional, porquanto a recorrente não demonstrou a divergência nos moldes exigidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

É assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas e excertos, desprovida da realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea *c* do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. DIREITO CIVIL. ALIMENTOS A EX-CÔNJUGE E A FILHOS MAIORES. PARTILHA ULTIMADA. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO VERIFICADO.

(...)

3. O dissídio pretoriano não foi comprovado nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por não ter sido efetuado o necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea *c* do permissivo constitucional.

4. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1399042/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 22/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DAS DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. *QUANTUM*. SÚMULA Nº 284 DO STF. ESPÓLIO. HERDEIROS. LEGITIMIDADE ATIVA DA HERDEIRA PARA PLEITEAR DIREITO DA FALECIDA EM NOME PRÓPRIO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. REFORMA DO JULGADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

4. A divergência jurisprudencial não foi comprovada nos moldes estabelecidos nos arts. 1.029, parágrafo único, do NCPC, e 255, § 2º, do RISTJ.

(...)

7. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 893.976/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 29/06/2016)

Na hipótese ora em análise, constata-se que o Colegiado estadual, ao analisar a questão de fundo, concluiu que a decisão que revoga a tutela provisória concedida encontra-se no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015, motivo pelo qual conheceu do agravo de instrumento da parte adversa e lhe deu provimento, mantendo a averbação de existência de ação judicial nas matrículas dos imóveis.

A propósito, confirmam-se os fundamentos do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 1.512, sem grifos no original):

Argui o agravado preliminar de não cabimento do recurso de agravo de instrumento, ao argumento de que a decisão recorrida não está prevista no rol taxativo que estabelece quais as decisões judiciais são passíveis de serem impugnadas através do agravo de instrumento.

Pois bem. Em análise do caderno recursal, não vislumbro razão nas alegações do agravado.

Data venia, é cediço que o novo Código de Processo Civil estabelece em seu art. 1.015 e parágrafo único **as hipóteses de cabimento do recurso de agravo de instrumento, como é o caso das decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias, confira-se:**

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

I - tutelas provisórias;

Assim, considerando que no caso em comento **a decisão agravada revogou a tutela provisória anteriormente deferida**, vislumbro como viável a interposição deste recurso, nos termos especificados na legislação processual (art. 1.015, I do CPC).

Com efeito, constata-se que as questões relativas às tutelas provisórias, como no caso em apreço, inserem-se insere-se na hipótese de cabimento do agravo de instrumento arrolada pelo art. 1.015, I, do CPC/2015.

Sobre a questão, em recente julgado, esta Corte se pronunciou nos seguintes termos: “o conceito de 'decisão interlocutória que versa sobre tutela provisória' abrange as

Superior Tribunal de Justiça

decisões que examinam a presença ou não dos pressupostos que justificam o deferimento, indeferimento, revogação ou alteração da tutela provisória e, também, as decisões que dizem respeito ao prazo e ao modo de cumprimento da tutela, a adequação, suficiência, proporcionalidade ou razoabilidade da técnica de efetivação da tutela provisória e, ainda, a necessidade ou dispensa de garantias para a concessão, revogação ou alteração da tutela provisória”, motivo pelo qual “é possível concluir que o art. 1.015, I, do CPC/15, deve ser lido e interpretado como uma cláusula de cabimento de amplo espectro, de modo a permitir a recorribilidade imediata das decisões interlocutórias que digam respeito não apenas ao núcleo essencial da tutela provisória, mas também que se refiram aos aspectos acessórios que estão umbilicalmente vinculados a ela, porque, em todas essas situações, há urgência que justifique o imediato reexame da questão em 2º grau de jurisdição” (REsp 1.752.049/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/3/2019, DJe 15/3/2019).

Dessa forma, encontrando-se a decisão estadual em harmonia com a jurisprudência desta Corte, inarredável a aplicação da Súmula 83/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator